

ENTREVISTA/Paulo Paim

Dívida com servidor pode virar um novo 147%

Repousam no Congresso Nacional pelo menos uma centena de projetos relativos ao serviço público ou ao funcionário público, parte deles engavetados há muitos anos e que tratam de temas de grande interesse da categoria. Por que esses projetos não são tocados?

Para se ter uma idéia, aqui na Comissão do Trabalho tem mais de dois mil projetos esperando apreciação. Nós estamos fazendo uma classificação para ver se liquidamos isso. Liquidamos que eu digo é botar os projetos em votação. O que existia até pouco tempo atrás aqui na Casa é que todos os projetos para irem para votação no plenário passavam por uma discussão no colégio de líderes. É intenção da Comissão do Trabalho, pelo que sei também na atual Mesa Diretora, que os projetos irão para pauta agora conforme a data em que entrou a proposta. Eu acho que a Casa tem que votar a favor ou contra, mas tem que votar.

Em relação à política salarial que está em discussão, o Governo ameaça com uma política diferenciada para o funcionário, vinculando o crescimento da folha com a receita. De que forma o sr. acha que o Congresso pode interferir e melhorar esta proposta?

Se depender da Comissão do Trabalho, o servidor público, o aposentado, o pensionista e a área privada terão a mesma política salarial. O que nós entendemos é que o processo inflacionário atinge a todos os trabalhadores. Nós não conseguimos entender que o Governo, com essas tarifas todas indexadas, não concorde que o servidor público também tem que ter uma política de reajuste indexada à crise inflacionária. Então, o que se está pedindo hoje para o servidor público, para o

Raimundo Rocha

A União corre o risco de permitir um novo processo como os 147 por cento dos aposentados, caso o Governo Itamar Franco não pague o passivo trabalhista devido aos servidores federais. Este é o alerta do presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, Paulo Paim (PT-RS), que destaca a possibilidade de implantação de uma política salarial específica para o funcionalismo, através da vinculação dos salários à receita da União, como pretende a ministra da Secretaria de Administração Federal, Luíza Erundina. O deputado Paulo Paim acredita que há chances dessa proposta ser colocada em prática, apesar de defender uma política salarial geral com reajustes mensais para os trabalhadores da área privada, servidores públicos e aposentados e pensionistas. A proposta poderá ser aprovada na Câmara e no Senado até o final deste mês para que seja sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho. Para garantir a aprovação desse projeto, o deputado fez uma verdadeira peregrinação pela Esplanada dos Ministérios, estabelecendo contatos com o ministro do Trabalho, Walter Barrelli, e com os titulares da área econômica, e tem mantido articulações com empresários e trabalhadores. Além do esforço voltado à aprovação do projeto, que prevê ganho real de cinco por cento por mês para o salário mínimo, a Comissão está antecipando os preparativos para enfrentar a revisão constitucional e ainda pretende fazer uma limpeza nas gavetas do Congresso, liquidando as centenas de projetos sobre a área de trabalho que repousam na Câmara, sendo que muitos deles aguardam votação há mais de sete anos.

VANDERLEI/POZZEMBOM



Paim acha que o servidor público também deve ter reajustes salariais mensais

“Se depender da Comissão do Trabalho, o servidor, o aposentado e o pensionista terão a mesma política salarial”

aposentado e para os trabalhadores da área privada, não é aumento de salário, mas só que vem diminuindo a margem do salário dele. Por isto que nós entendemos que o servidor tem que ter este mesmo direito que têm os trabalhadores da área privada.

Durante sua gestão à frente da prefeitura de São Paulo, Luíza Erundina vinculou a folha à receita do município. O senhor acredita que essa fórmula pode ser empregada no Governo Federal?

A proposta que a ministra Erundina acertou com os sindicatos de servidores de São Paulo foi bem vista e pelo que se sabe não havia queixa durante sua administração. Eu acho que no fundo o princípio deverá ser o mesmo. Ela quer criar uma fórmula para que o salário do servidor cresça mensalmente. Isto porque toda a economia está indexada, como está em São Paulo e em nível federal. Não há por que impedir uma política de reajuste mensal, mesmo com os critérios propostos pela ministra Erundina, e, que para mim, podem ser adaptados aqui.

O Governo está tentando, através de um artifício embutido na Medida Provisória 314, que se encontra no Congresso Nacional, impor uma moratória em relação ao passivo trabalhista obtido na Justiça pelos servidores, adiando o pagamento dessas dívidas para o futuro Presidente. Isso não poderá se tornar um novo embate como o dos 147 por cento dos aposentados?

Obviamente o Governo quer tentar fazer isso, mas tenho certeza que, se depender de nós aqui no Congresso Nacional e da própria Câmara, através da Comissão, somos contra qualquer tipo de alternativa que provoque de novo um baque em nível nacional entre a sociedade e o próprio Governo que lembre os 147 por cento. Eu disse isso ao ministro do Trabalho, Walter Barrelli, pois se o Governo fizer isso vai dar margens para uma briga interna. Tanto em relação às dívidas trabalhistas como nos casos das contas inativas do Fundo de Garantia, se o Governo resolvesse protelar os pagamentos. Se as decisões judiciais existem têm de ser cumpridas, serem pagas. Não podemos aqui começar a institucionalizar o calote. Quando há intenção política o Governo paga suas contas e sabemos muito bem que há forma de fazer isso.

A partir de maio, como prevê a legislação, as contas inativas do FGTS poderão ser sacadas, mas o Governo alega que faltam recursos no Fundo para suportar uma corrida a essas contas. Qual a saída que o Congresso aponta para essa questão?

Recebemos centenas de telefonemas de trabalhadores indagando se vão poder mesmo retirar esse dinheiro. Vão poder sim. Isso é lei. Ela assegura que após três anos sem receber depósito a conta pode ser sacada e hoje já existem pelo menos 80 milhões de contas inativas. O que pode ser discutido é o cronograma para a retirada desses saldos.

Por trás dessa questão, contudo, está a perda dos recursos do FGTS, seja pela má administração ou pela sonegação. Com isso o trabalhador não tem garantia de que esse patrimônio seja devidamente aplicado e remunerado. Em os parlamentares têm contribuído para corrigir essas distorções?

O problema com o Fundo de Garantia é grave. Primeiro porque o crescimento real dele é de apenas três por cento ao ano enquanto a poupança remunera com seis por cento ao ano. Só nisso o trabalhador já sai perdendo. Mesmo que o empresário faça tudo certinho, coloque o dinheiro no banco, ninguém bote a mão nele, ninguém roube, não seja alvo de corrupção e mesmo assim o trabalhador já está perdendo. A remuneração do Fundo deve ser, no mínimo, igual à da poupança. A partir disso, poderíamos discutir o que poderia ser feito com esses recursos, utilizando-os preferencialmente para construção de casas para a população de baixa renda, com juros abaixo do mercado. O que ocorre hoje é que grande parte do dinheiro do FGTS vai para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para investimentos fora da habitação. Não sou contra isso, mas que deve haver juros diferenciados. O fato é que a prioridade do FGTS é exatamente inversa, pois é mais usado para construir casas para quem tem alta renda, cerca de três por cento da população, beneficiando mais do que os que ganham menos. Por isso, acreditamos que deve haver cada vez mais participação dos trabalhadores e dos sindicatos na administração do FGTS.

Há alguma proposta concreta para iss?

Acho que deveríamos ter no Brasil, a exemplo do que existe em outros países, como na Alemanha e Venezuela, um banco social, que arrecadaria e fiscalizaria, via os próprios sindicatos, todos os fundos que são de origem do dinheiro do trabalhador, como PIS, PASEP, Previdência e o FGTS. Esse banco iria usar o dinheiro no mercado com a preocupação de manter o patrimônio e atender às demandas sociais, através de uma administração do movimento sindical e dos trabalhadores em geral.

Qual a prioridade da Comissão de Trabalho para este ano, que se encerrará com uma reforma constitucional e fortes “lobbies”

para derrubada de muitos artigos da atual Carta?

Entre as prioridades da Comissão está a discussão da política salarial, que já iniciamos, o embate forte contra o trabalho escravo, contra os acidentes de trabalho, e trabalharemos na revisão constitucional para garantir as conquistas sociais. Temos também os debates sobre o FGTS, a discussão da gestão participativa, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, além da própria estrutura sindical que continua aí sem uma decisão adequada. Acredito que a revisão vai acontecer e devemos estar preparados para o embate técnico-político aqui dentro do Congresso para não permitir que se retire as conquistas sociais.

O senhor avalia que há risco real de cair algumas das conquistas sociais?

Acho que estamos correndo um risco muito grande de perder diversas conquistas no campo social. Por temer isso é que a Comissão está preparando um seminário em nível nacional no período de 27 a 29 próximos, já para discutir essa revisão. Acreditamos que deve ser mantido o que foi conquistado pelos trabalhadores sem prejuízo de discutir outras coisas como o contrato coletivo. Não concordamos em revogar o direito.

Então o senhor acha que a revisão deve ser restrita aos preceitos que não são do campo social?

Creio que a Constituição precisa apenas passar por uma adaptação da decisão sobre a forma e o sistema de Governo indicada pelo plebiscito. Se passar o presidencialismo, tem que haver uma modificação porque essa Carta é parlamentarista, pois na época da Constituinte achávamos que o parlamentarismo passaria. Fizemos uma Constituição parlamentarista e passou o presidencialismo. Se passar o parlamentarismo agora vai ser preciso ajustar o texto às propostas da frente par-

“Somos contra qualquer tipo de alternativa que provoque um baque a nível nacional que lembre os 147 por cento”

lamentarista. A revisão deve ficar restrita a isso. Além disso, muitas conquistas sociais não foram sequer regulamentadas.

Nas discussões sobre a sua proposta de nova política salarial quais foram os avanços obtidos junto ao Governo para garantir a sua implantação?

Na sua primeira reunião a Comissão do Trabalho decidiu que uma das prioridades era uma nova política salarial para o trabalhador da área privada, para o

servidor público e para o aposentado e pensionista. Neste sentido, ela se posicionou que essa política salarial, numa inflação de 25 a 30 por cento, terá que ser mensal, conforme a inflação, e que especificamente o salário mínimo teria que ter, além do aumento mensal, um incremento real que nós estamos preondo de cinco por cento ao mês, para que ele atinja no fim de dois anos pelo menos a meta próxima daquilo que manda a Constituição, ou seja, os 300 dólares.

Mas para o Governo esta política é inflacionária. Como a Comissão quer vencer essa argumentação?

Explicamos ao ministro que a História mostra os trabalhadores sempre perdendo com as políticas salariais. Não porque os reajustes foram mensais. O que ocorre quando o reajuste salarial é mensal é o que chamo de vício cultural inflacionário, porque ao longo do mês os preços são aumentados e repercutem no percentual da inflação. Já o trabalhador recebe no final do mês o índice que vem perdendo durante o mês. Acontece que o empresário pega aquele índice e o repassa no outro mês sobre os preços. Isso é o que não pode acontecer. Temos que mudar a mentalidade daqueles que remarcam mensalmente os preços conforme uma inflação que eles mesmo criaram. Além disso, para se defender desse processo, toda a economia está indexada e só quem não está se beneficiando dessa indexação é o trabalhado, que perde 40 por cento do salário a cada dois meses e tem que esperar quatro meses para ter a reposição da inflação correspondente a apenas seis salários mínimos. Por isso, apresentamos ao ministro Walter Barrelli que à época em que o Brasil teve menos problemas e que a economia mais cresceu, que não houve déficit público, que aumentaram os empregos, que não houve recessão, que houve até distribuição de renda, foi no Plano Cruzado, quando os salários estavam indexados como os preços.

Mas alguns economistas apontam isso como erro...

O erro do Plano Cruzado é que não souberam soltar os preços na hora adequada e deixar os salários subir juntos. Represaram tudo e de uma hora para outra soltaram os preços e não soltaram os salários. O que estamos tentando mostrar para o Governo e para a sociedade é que com uma inflação de 30 por cento ao mês não há país no mundo que não indexe também os salários para que o trabalhador perca menos mensalmente.

Para entrar no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) o Brasil ainda precisa elevar seu salário mínimo, que hoje é inferior até ao do Paraguai, que tem um PIB quase igual ao do Distrito Federal. Qual a estratégia defendida pela Comissão para mudar esse quadro?

O próprio ministro do Trabalho reconhece que o salário mínimo no Brasil deveria estar hoje

na faixa dos 180 dólares se pretende de fato entrar no Mercosul. Hoje o salário mínimo brasileiro é menor do que o de qualquer país da África. Mesmo depois de fixá-la em 100 dólares com a inflação no segundo mês ele cai para 60 dólares. Na Argentina, embora fala-se em dólar, o piso salarial é de 400 dólares. Para entrarmos no Mercosul é preciso que os salários estejam equiparados. O ministro Barrelli revelou que hoje já existe uma política salarial sendo negociada nas câmaras setoriais, como para o setor automobilístico, que já garante os aumentos mensais de acordo com a inflação e ainda assegura um incremento real. Isso fortalece nossa tese de que o salário não inflaciona e indica que as câmaras setoriais podem ser uma saída.

Quando essa proposta deverá ser concluída e votada, e qual a data em que ela pode ser colocada em prática?

“Acreditamos que deve haver cada vez mais participação dos trabalhadores e dos sindicatos na administração do FGTS”

A intenção da Comissão é aprová-la nesta quarta-feira e, depois de ouvir toda a sociedade, encaminhá-lo para o debate no plenário da Câmara. A nossa preocupação é dar tempo para que a Câmara e o Senado Federal possam aprovar o projeto antes do dia 1º de maio e permitir que o Presidente da República, num momento difícil como o que passa o País, possa sancioná-lo para que possamos recuperar o tempo perdido. Queremos dar este instrumento ao Presidente para que no dia 1º de maio ele possa dizer: a partir de hoje os salários terão correção mensal.

Quais são as chances reais desse projeto passar, e em curto prazo, nas duas casas do Congresso?

Eu acho que há uma simpatia muito grande por essa idéia tanto na Câmara como no Senado. Hoje existem cerca de 260 projetos de política salarial na Câmara e 60 sobre salário mínimo. Porém, quase todos eles apontam para essa linha de reajustes no mínimo iguais à inflação. Se conseguirmos fazer uma articulação que envolva os trabalhadores, empresários e parlamentares creio que há condições de sensibilizar o Governo para que também caminhe nesse sentido.